

A SACRALIDADE DO MODELO POLÍTICO CRISTÃO NA IDADE MÉDIA

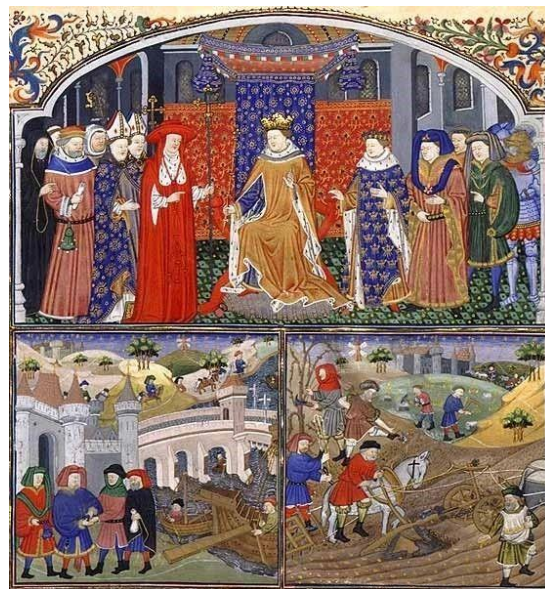
Maria Filomena Coelho

A maneira como contemporaneamente concebemos a sociedade ocidental pode dificultar a compreensão das formas como mulheres e homens de outros tempos se imaginaram e se constituíram em comunidade política. A partir do século XIX, a percepção que antes se desenhava entrelaçada, relativamente aos aspectos políticos, econômicos e religiosos da vida em sociedade, sofreu uma fratura. Hoje, a facilidade com que elaboramos análises ‘estritamente’ políticas, ‘puramente’ econômicas ou ‘especificamente’ religiosas evidencia o quanto tal perspectiva moderna se consolidou e naturalizou na maneira de pensar. Tal formulação compartimentada deriva de uma transformação radical imposta pelas formas de dominação no âmbito do capitalismo ocidental, que produziram a separação entre economia, política e religião. A aparência formal, alimentada por complexo sistema legal e normativo, levamos a enxergar tal fragmentação de modo cristalino, praticamente sem contaminação. Ademais, avaliamos negativamente a ‘promiscuidade’ entre essas áreas. Entretanto, a separação é ilusória, fruto de sofisticado processo que tornou as realidades das formas de dominação intrincadas e opacas para a maioria dos cidadãos.

Antes da chamada modernidade, era quase impossível explicar por que e como poucos mandavam/governavam, e muitos se submetiam/obedeciam, sem misturar de modo intenso política, religião e economia. Relativamente à Idade Média, basta passar os olhos por qualquer texto de autoria laica ou eclesiástica para verificar o quanto tal perspectiva se impunha. Claramente, eram as lógicas de distribuição da riqueza que justificavam a configuração do poder. Entretanto, em tal concepção, as maneiras corretas e justas “de dar a cada um o que lhe é de direito” não se apresentava como fruto da vontade humana, mas como desígnio divino. A configuração e funcionamento da sociedade cristã eram anunciados com o propósito grandioso da “Salvação”, portanto, um objetivo sagrado que se atingiria em um futuro fora da História, mas que dependia do julgamento da divindade sobre como os cristãos viveram no tempo e espaço terrenos.

Essa elaboração ideológica exigia uma complexa trama intelectual e prática em permanente atualização, mas sem abandonar o seu objetivo sociológico primordial: conservar o modelo aristocrático.

A sociedade civil era a sociedade política, mas, diferentemente de nossa contemporaneidade, ela não englobava todos os naturais do reino, referindo-se apenas a uma elite aristocrática/oligárquica. Tratava-se de um modelo elitista que excluía da participação direta na sociedade civil a maior parte dos súditos. Ainda que todos os cristãos fizessem parte da comunidade política, como cristandade, a lógica corporativa submetia a representatividade dos membros inferiores do corpo aos laços de



Egídio Romano (1247- 1316), De Regimine Principum, cópia manuscrita e iluminura do século XV, Rouen. Paris. BnF, Département des Manuscrits Français 126, fol. 7.

dependência que os atavam aos superiores. Eram estes que tinham o direito de participar das instâncias políticas, nas quais representavam, por meio de sua voz, a todos que lhes estavam vinculados.

O modelo estabelece que somente um grupo muito pequeno de pessoas sabe, em cada caso, o que é melhor para todos, reduzindo drasticamente o acesso ao poder legítimo. Um privilégio enorme para a aristocracia, mas equivalente ao tamanho da responsabilidade que ela se arrogava: a salvação da comunidade política dos cristãos (a cristandade). Assim, era ‘natural’ que fosse inimaginável governar a sociedade cristã, separando a economia (riqueza) da política e da religião. Creio que continua sendo importante dizer como as sociedades corporativas se organizavam e funcionavam, muito embora o modelo não seja o instrumento adequado para responder ao motivo daquela idealização. O que se pretendeu com a figuração do modelo corporativo, que se difundiu, desde a Antiguidade clássica, pela Idade Média indo até o final Antigo Regime, foi que se entendesse, com a clareza de uma imagem, que era “natural” que poucos mandassem e muitos obedecessem, que poucos fossem “virtuosos” e a maioria “viciosa”. Nesse sentido, a sacralização do modelo foi essencial para a sua eficácia política.

Retornando aos dias de hoje, percebe-se que em termos políticos a sacralidade permanece como elemento de valor. Entre ‘modernos’, a feição religiosa do Estado foi laicizada, sem prescindir das vantagens que a sacralidade oferece ao poder. Entre ‘antigos’, a religião continua a fazer parte da política, inclusive como garantia moral. Enfim, parece ainda distante a experiência democrática em que a sociedade política se conceba e realize como completamente responsável pelo seu destino na História.

Para saber mais

AGAMBEN, Giorgio. **O sacramento da linguagem**. Arqueologia do juramento (Homo sacer II, 3). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

COELHO, Maria Filomena. O Estado “virtuoso”: corpos e pluralismo jurídico em Portugal (séc. XII-XIII). In: TEODORO, Leandro; MAGALHÃES, Ana Paula. **A formação de reinos virtuosos (séc. XIII-XVIII)**. (No prelo.)

COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII-XIII). In: TORRES, Armando. (Org.). **La Edad Media en perspectiva latinoamericana**. 1ed. Heredia: Editora de la Universidad Nacional de Costa Rica - EUNA, 2018, v. 1, p. 133-150.

HESPANHA, António. A constelação originária dos poderes. In: **As Vésperas do Leviathan**. Instituições e poder político. Portugal, séc. XVIII. Coimbra: Almedina, 1994.

Nederman, Cary. Body politics: The diversification of organic metaphors in the Later Middle Ages. **II pensiero politico medievale**, 2, 2004, p. 59-87.

COELHO, Maria Filomena. A Sacralidade do modelo político cristão na Idade Média. *História política e institucional*. In: Sacralidades Medievais (site). Disponível em: <https://sacralidadesmedievais.com/textos-semanais>.

<https://sacralidadesmedievais.com/>